



SENADO FEDERAL

# O BRASIL DA ESPERANÇA

Senador  
**ARTHUR VIRGÍLIO NETO**

BRASÍLIA – 2008



SENADO FEDERAL  
Senador ARTHUR VIRGÍLIO

# O BRASIL DA ESPERANÇA

*Pronunciamentos do Senador AVN no Plenário do  
Senado Federal nos dias 12 e 19 de dezembro de 2007.*

Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Publicações  
BRASÍLIA – 2008



## EM NOME DO POVO

O Brasil saudou com entusiasmo o fim do chamado Imposto do Cheque, que é a contribuição criada em 1993, em caráter provisório e com o nome de IPMF, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. Virou Contribuição, para, em 2007, tornar-se uma obsessão do Governo, que tentou, sem êxito, prorrogar a vigência desse tributo até 2011. Não conseguiu. Apesar de pressões jamais vistas sobre o Congresso Nacional, mais precisamente no Senado, onde a Proposta de Emenda Constitucional, acolhida pela Câmara dos Deputados, foi rejeitada numa votação que acusou 45 votos favoráveis e 34 contrários. Para ser aprovada, necessitaria de 49 votos a favor.

Sem que possa ser confundida com um embate político-partidário, a derrota da CPMF no Senado significou a tomada de posição do Brasil contra a ganância governamental, ávido por recursos quase sempre mal aplicados. A Nação já não agüentava a prática abusiva que escorcha o cidadão, sujeito a pesada carga tributária que esfolia as nossas populações, inibindo o crescimento da economia brasileira.

Como Líder de um partido oposicionista, o PSDB, apenas cumpri com meu dever ao empunhar a bandeira da rejeição da CPMF, levantada também pelas classes produtoras brasileiras e apontada em análises serenas de economistas como um imposto em cascata, cuja existência, no início destinada à área da Saúde, se tornara absurda.

Para se chegar a esse bonito resultado, tivemos que trilhar caminhos ásperos, com o assédio pesadíssimo do Poder Executivo, que beirava à imoralidade. Nessa desatinada guerra, e tendo à frente a participação do próprio Presidente da República, o Palácio do Planalto fez de tudo, cruzando telefonemas inconvenientes e descabidos, teria feito promessas mirabolantes a parlamentares, assediou Governadores eleitos pelas oposições e ensaiou até retaliações.

De nada adiantaram os descaminhos que revelavam desrespeito a regras morais, sem que, ao invés disso, como pedia a oposição, viesse o Governo abrir espaço para o entendimento, com a redução do impacto daquele nocivo

imposto. Não faltaram boa vontade e advertências da parte dos opositoristas, prestos a sinalizar com a via de acordos que, em primeiro lugar, contemplassem as populações tão sobrecarregadas pela orgia de tributos.

Já no dia seguinte ao da rejeição da CPMF, o que se viu, Brasil adentro foram manifestações que apontaram, enfim, novos tempos para o Brasil.

De fato, na mesma tarde em que se iniciava o encaminhamento da votação da matéria, o Senado Federal elegeu seu novo Presidente, o Senador Garibaldi Alves, peemedebista do Rio Grande do Norte. Essa escolha, apoiada pelo PSDB, representou outra vitória a se somar a essa nova era brasileira. Garibaldi foi levado à Presidência do Senado depois de um período em que a Casa foi tomada, em seu mais alto grau, por um cenário de descrédito, pelos episódios de conhecimento amplo da Nação. Sua ascensão marca o início do resgate da ética, da credibilidade e da afirmação do Senado da República como Poder Independente.

Já não era possível conviver com práticas políticas ultrapassadas, de predomínio da vontade do Poder Executivo sobre as decisões do Senado, bem como do Congresso Nacional por inteiro.

A bancada do PSDB, decidira, na véspera, em carta, hipotecar apoio à eleição do Senador Garibaldi Alves, sob a condição, irrecusável a qualquer título ou exame no campo ético, de reconduzir o Senado Federal aos verdadeiros trilhos da moralidade e de decisivo empenho no rigoroso cumprimento dos preceitos legais, inclusive constitucionais, que, sendo exigências, de há muito, passam ao largo. São exemplos os numerosos vetos opostos a projetos aprovados pelo Congresso, que permanecem sem o necessário exame. Para não se falar no desafio ou na coragem de se dar um basta na sofreguidão ou avidez com o Governo edita Medidas Provisórias sem obedecer os requisitos de urgência e relevância.

É confortante constatar o imediato endosso do novo Presidente da Casa, que, no discurso de posse, subscreveu literalmente o documento do PSDB, comprometendo-se, de público, a adotar as sugestões oferecidas, que, assim, passaram à condição de pontos fundamentais de ação de sua administração.

## SENADOR AVN PEDE PARA GARIBALDI NÃO SER UM HOMEM DE PARTIDO

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB deve explicar à Nação, com muita clareza, as razões por que apoiou o seu nome e deixou de lançar a sua anticandidatura – e a anticandidata seria, precisamente, a Senadora Marisa Serrano.

A senadora chegaria e diria: “Não vim para vencer; vim para expor à Nação o que precisa ser feito para o Senado soerguer sua imagem combalida e bastante arranhada perante a opinião pública”. A Senadora Marisa Serrano viria para propor uma revolução administrativa interna, tornando transparentes, até às vísceras, a vida do Senado Federal, ao lado dessa revolução para fora, que torne outra vez o Senado uma Casa respeitada perante a opinião pública brasileira.

Não lançamos a Senadora Marisa Serrano como anticandidata por algumas razões. Uma delas, o apelo feito a nós, por razões potiguares e por afinidades políticas que cultivamos juntos, os três, apelo que fez a nós o Senador José Agripino Maia, dizendo que dificilmente seu partido poderia fazer algo diferente do que acompanhar V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e dizendo que ele, pessoalmente, não teria como não sufragar o nome de um companheiro, de um aliado tão prezado e tão querido.

Mas, Senador Garibaldi Alves, nós não lançamos a anticandidatura porque V. Ex<sup>a</sup> vinha de um passado bastante construtivo na relação conosco. V. Ex<sup>a</sup> presidiu a CPI dos Bingos do Senado Federal, que investigou corrupção grossa, apontou culpados, exigiu providências; foi relator e tomou atitudes que o engrandeceram perante a Nação. E foi precisamente nesse homem que o PSDB votou.

Apresentamos a V. Ex<sup>a</sup> uma carta-compromisso, que V. Ex<sup>a</sup> acabou de perfilhar. V. Ex<sup>a</sup> se referiu a alguns tópicos da parte administrativa, mas eu me permito, Sr. Presidente, ler alguns outros tópicos que julgo essenciais.

1) Reerguer a combatida imagem da instituição perante a opinião pública, não permitindo que atos ou comportamentos indevidos lhe causem dano.

2) Atuar em harmonia, mas com independência em relação aos demais Poderes, especialmente em relação ao Palácio do Planalto.

3) Empenhar-se para que sejam feitas as reformas político-partidária e a tributária, esta como uma exigência de V. Ex<sup>a</sup> e do Senado ao Senhor Presidente da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço um pouco de tempo para concluir, porque julgo essencial que o ponto de vista do PSDB seja exposto com clareza à Nação, porque aqui não se trata de nenhum jogo de compadres. Votamos em cima de um programa, de um projeto. V. Ex<sup>a</sup> endossou esse programa e esse projeto e, nessa condição, haverá de ter a nossa colaboração.

Prossigo:

4) Convocar sessões conjuntas do Congresso Nacional para votar, finalmente, os vetos presidenciais. Entra presidente, sai presidente e ninguém coloca para apreciar vetos presidenciais, o que dá, a quem quer que esteja na Presidência da República, de plantão, poderes ditatoriais.

5) Pôr imediatamente em votação o substitutivo da Senadora Lúcia Vânia ao PRS nº 38/07, que regulamenta o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; e as PEC nºs 38, de 2004; 50, de 2006; e 86, de 2007, que tornam ostensivas votações hoje secretas, pois ambos os itens fazem parte de compromisso ético que esta Casa deve à Nação brasileira.

6) Estabelecer, Sr. Presidente, procedimento em relação às medidas provisórias, de forma a, liminarmente, não dar curso às que visivelmente não atendam aos requisitos constitucionais da urgência e da relevância. Se não há urgência, se não há relevância, mande a medida provisória para a lata do lixo da história, literalmente, para que esta Casa não fique com a sua pauta atravancada pelo bel-prazer do Planalto, que acaba ditando o que se faz e o que não se faz no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, prossigo:

7) Reavaliar a atuação da Comissão de Orçamento à luz da nova resolução sobre a tramitação de matérias orçamentárias, tendo em vista rumores, rumores recorrentes, de que ali se produziram, podem estar sendo produzidos e, afirmo – a não se mudar –, produzir-se-ão mais escândalos de corrupção, a enlamear de novo a imagem do Congresso Nacional.

8) Obter a colaboração do Tribunal de Contas da União no processo de elaboração das matérias orçamentárias – V. Ex<sup>a</sup> já citou.

9) Por meio da Mesa Diretora, exigir igualdade de tratamento, para todos, na execução orçamentária. Isso é justo, e V. Ex<sup>a</sup> já citou.

Agora acrescento:

10) Estabelecer rodízio, por critérios matemáticos, para designação de relatores nesta Casa. Ou seja: se a Oposição tem o peso numérico e político que tem, é justo que estabeleçamos critérios matemáticos para os rodízios nas relatorias. Não dá para continuarmos aturando que a destinação de um relator vise atender à conveniência palaciana ou vise atender a alguma simpatia do Presidente que esteja no lugar que V. Ex<sup>a</sup> haverá de ocupar com honra, com destemor e com independência.

A Oposição exige e requer critérios matemáticos para ter direito às relatorias que lhe caibam, seja isso conveniente ou não ao poder estabelecido no País.

11) Exigir dos ministros de Estado o cumprimento dos prazos e exatidão nas respostas aos requerimentos de informações formulados pelos senadores. Hoje é uma pândega, é um desrespeito que mereceria que o Senado Federal enquadrasse diversos Ministros em crime de responsabilidade por desacato à autoridade do Congresso Nacional.

12) Alterar o Regimento Interno, Sr. Presidente, finalmente, até o fim de março de 2008, para nele incorporar as propostas aqui indicadas.

Encerro, homenageando o Senador Tião Viana, que exerceu com honra, com altivez, com rigor, com discordâncias nossas – e isso faz parte do jogo –, mas com enorme reforço da minha admiração pessoal por ele, a Presidência do Senado Federal.

Desejo a V. Ex<sup>a</sup>, pela amizade que lhe dedico e pela esperança que tenho de que V. Ex<sup>a</sup> honrará esses compromissos e outros... Será um magistrado. Jamais será um homem de partido. Será um magistrado. Sabe V. Ex<sup>a</sup> do peso que está nas costas de quem vem para substituir o Presidente Tião Viana ou, antes disso, substituir o Presidente Renan Calheiros, depois de toda crise moral, ética em que este Senado foi mergulhado. V. Ex<sup>a</sup> sabe que lhe espera uma tarefa hercúlea, e nós queremos ajudá-lo, permanecendo à disposição de V. Ex<sup>a</sup>, a ser o senador parecido com aquele da CPI dos Bingos, o senador de passado honrado, o senador que merece a nossa consideração, o senador que transita nesta Casa pela situação e pela oposição. A permanecer esta disposição, V. Ex<sup>a</sup> terá no PSDB uma bancada de aliados, assim como uma bancada vigilante de oposição que estará pronta para apontar quaisquer deslizes que porventura possam ocorrer à nossa memória, à nossa percepção.

Nossa bancada estará aqui independente, estará aqui vigilante, estará aqui valente, defendendo uma instituição acima de pessoas, defendendo a independência de uma instituição que está no seu pior nível do ponto de vista da avaliação da opinião pública. E a hora de soerguê-la é agora. Estaremos aqui para ajudá-la, mas V. Ex<sup>a</sup> será fundamental na tarefa de liderar este processo.

Seja feliz e conte conosco em tudo que servir ao bem deste País e da sociedade brasileira!

Muito obrigado.

## VOTAÇÃO CPMF

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para encaminhar a matéria, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma proposta de emenda constitucional de autoria da ministra atual e à época Senadora Marina Silva, proposta justa porque equipara ao nível de trabalhador rural o seringueiro. E o seringueiro não é outra coisa a não ser um trabalhador rural sofrido, desvalido, abandonado à própria sorte por seguidos governos deste País.

Viveram momentos épicos no Brasil. Conquistaram o Acre, a Bolívia, pela bravura de Plácido de Castro e pela coragem de tantos nordestinos, na sua maioria, cearenses que migraram para aquela região e viveram uma verdadeira epopéia. Veio a debacle dos preços internacionais da borracha. Os seringueiros sofreram! Veio, depois, o período do regime autoritário, a Sudam distribuía dinheiro a rodo para implantarem a pata-do-boi no local dos seringais. E, se havia a condição de trabalho injusta nos seringais, é verdade que houve a dilapidação ecológica, houve o fracasso econômico de todos daqueles empreendimentos. Eu me lembro de que a Volkswagen tocou fogo em uma área de terras que chamou atenção do mundo já àquela altura e, hoje, nós discutimos, com muita consciência, as queimadas e, à época, nem tanto. À época, poucos tinham a consciência de hoje. À época, se dizia que o desenvolvimento deveria ser a qualquer preço e que se devia queimar a natureza para criar desenvolvimento, como os europeus fizeram com a Floresta Negra, por exemplo. Não havia consciência ecológica.

Mas, até sob esse aspecto, os seringueiros sempre conviveram bem, harmoniosamente, com a natureza. Eles não destruíram a natureza. Ela está intata a depender deles. Se não está intata, é porque a destruição dependeu de outras forças. Portanto, Sr. Presidente, eu aqui, irmanado ao Senador João Pedro, que é colega de Partido da Ministra Marina Silva – minha querida amiga –, encaminho o voto, pelo PSDB, entusiasmadamente a favor da aprovação

desta matéria, porque é o resgate de um passado, é justiça que se faz, é abertura de perspectiva de vida para segmentos desvalidos da nossa população.

Portanto, que nós equiparemos os seringueiros à condição de trabalhadores rurais, em termos salariais e em termos de assistência previdenciária, porque eles merecem. Eles fazem parte de uma das horas mais nobres da história que este País já viveu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Epitácio Cafeteira e concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho ouvido argumentos de bom coturno e argumentos que trazem a política para seu nível menor: essa história de que vai acabar o País, de que vai acabar a saúde. Já houve negativa de aprovação da CPMF no Governo passado e o País não acabou e ele estava cercado de crises sistêmicas internacionais. Aqui está o Senador Geraldo Mesquita, em cujo lugar eu falei, com o compromisso de dizer que V. Ex<sup>a</sup> se mantém firme com a idéia de votar contra a aprovação desta PEC.

No quadro que aí está, com excesso de arrecadação acima de R\$60 bilhões, crescimento do PIB estimado para este ano em 5%, na contrapartida de gastos correntes que vão à média de 9% acima do Produto Interno Bruto, na média de cada ano do Governo do Presidente Lula, na contrapartida e na contramão de uma carga tributária que é extorsiva e que não deixará o Brasil pensar em crescimento sustentável. Nós discutimos com o Ministro Guido Mantega de maneira muito humilde. Ele vem aqui? Não, nós vamos lá. Propusemos redutor de gastos públicos, que, aliás, foi prometido ao Senador Jefferson Péres, e eu não vi até agora a materialização dessa promessa. Prometeram-nos desonerações que não vieram; ofereceram-nos desoneração no próprio imposto da CPMF, que equivalia a praticamente nada.

Se multiplicarmos 5% de crescimento econômico por 42 bilhões, que será o piso de arrecadação da CPMF, se aprovada aqui, nós temos cinco vezes quatro, dois bilhões de crescimento vegetativo, ou seja, zero, na verdade, de qualquer efetiva desoneração. E o meu partido, pagando o preço de ser um partido de diálogo, tem vivido momentos muito tensos. Não que o DEM não seja um Partido de diálogo, porque é. Mas o meu partido, pelos seus cacoetes próprios, tem passado momentos muito tensos.

Nós, hoje e ontem e pela madrugada de ontem, inclusive conversando com pessoas do Governo, como o Governador Eduardo Campos, como o ex-Ministro Antonio Palocci – não nos digam que não negociamos –, procuramos, o tempo inteiro, quaisquer janelas que nos abrissem possibilidades efetivas de credibilidade na negociação.

O Governo opta pela prepotência, opta por imaginar que há uma hierarquia e que, a partir dela, senador obedece ao que diz governador. Eu quero respeitar os meus governadores sempre, mas jamais abrirei mão da autonomia da minha bancada, enquanto líder dela for. Eu posso ser líder dela por dez minutos ou por um ano inteiro, eu que já sou por cinco anos Líder do PSDB, mas quebrar a minha coluna dorsal, ninguém quebra.

A negociação foi equivocada. Numa hora de bonança, o Governo “cigarra” se recusou a fazer o papel de “formiga” e quer deste Congresso, que ele colocaria de joelhos, o direito de gastar o máximo e o direito de arrecadar tudo, sob a chantagem de que vai retaliar governadores da oposição, sob a chantagem de que hospital vai paralisar. E não vai paralisar, até porque o Governo tem remendos a fazer, ser quiser, entre este momento de uma eventual derrota e uma negociação efetiva conosco a partir de janeiro, sentar, com honestidade, sem demagogia, sem tergiversar em relação a seus propósitos.

E digo mais: de minha parte, se começarem amanhã os dichotes, os desrespeitos, aí, fica impossível negociar. Eu não consigo negociar com quem não fala a verdade, não consigo negociar com quem não me trata com seriedade, não consigo negociar com quem me chantageia, não consigo negociar com quem me ameaça!

Então, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a nossa bancada teve momentos muito duros.

Peço ao Sr. Presidente um mínimo de tempo, porque quero fazer aqui uma clara explicação ao Plenário desta Casa.

A nossa bancada viveu momentos bastante tensos, que eu, inclusive, debito parte ao nosso caráter democrático e parte à forma sibilina, meio de réptil com que o Governo gosta de fingir que negocia. Parte da bancada queria abrir para um acordo agora. E o acordo era tecnicamente ruim? Eu nem acho. Seria, Senador Geraldo, um ano de prorrogação da CPMF. Bom, seria alguma redução de alíquota da CPMF; seria um reforço neste ano à saúde, e teríamos o ano inteiro para obrigar o Governo a fazer uma reforma tributária. A mesma proposta fizemos ao Ministro Mantega e ele disse que não podia aprová-la, porque dois meses e meio atrás não havia tempo hábil para fazer tudo isso, e agora quer nos convencer de que há tempo hábil hoje,

quando estamos às vésperas do Natal, às vésperas do encerramento da sessão legislativa.

Eu, pessoalmente, negocio com o Governo na hora que o Governo quiser. Aqui está o benefício concedido à sociedade brasileira. Eu quero saber qual é a medida provisória, qual é a medida legislativa, qual é o compromisso respectivo que vai...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... garantir a palavra empenhada pelo Governo. Queria saber exatamente isso. Não vou cair em canto de sereia, não vou cair em conto de CPMF, não vou cair em conto qualquer.

Pensei, e para mim foi doloroso, está sendo doído. Tenho contrariado figuras estimadas, governadores do meu partido. Venho mantendo conversas que não têm sido as melhores com companheiros que são estimados e que me têm dado um prestigiamento absolutamente excepcional ao longo da minha passagem pelo Senado. Isso tudo pode ser verdade. Agora, é verdade também que eu deixei todas as condições na mão da bancada para que facilitassem, se quisessem, de outro jeito, até mesmo com a minha ausência da liderança do PSDB aqui. Não sou obrigado a continuar Líder do Partido por mais nem um segundo. Não sou obrigado. Não nasci Líder do PSDB, não preciso continuar como Líder do Partido para falar para o meu País.

Eu digo, com o que eu possa ter de boa-fé no meu coração, e eu tenho muita boa-fé no meu coração: eu não consigo dar para trás da palavra que empenhei. Não consigo dar para trás do compromisso que assumi. Eu não teria moral de olhar para as pessoas...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...o que seria desnecessário se o Governo cortasse gastos públicos – se eu hoje aparecesse com qualquer desculpa. Haja o que houver, se eu estiver certo, essa posição deve ser dividida com a minha bancada. Se eu estiver errado, se acontecer um caos no País, se houver uma invasão de Marte, se acontecer alguma coisa muito grave, a responsabilidade é completamente minha. Minha e só minha.

Mas o fato é que não dou para trás e recomendo à minha bancada que, com muita honradez, dê o seu voto firme, de coerência, no que combinou: a favor da derrubada desse imposto, para que o Governo seja obrigado a descer ao nível terrestre e negociar conosco o que seria uma verdadeira reforma tributária, o que seria o corte de gastos, o que seria a disciplina fiscal, o que seria um tratamento sério à sociedade brasileira, que está sendo enganada e não sabe que esses números fictícios todos desaparecerão se sobrevier uma crise sistêmica ao que está se desenhando no horizonte.

De minha parte estou aliviado. Estou aliviado. Fiz exatamente o que eu sabia que tinha que fazer. Fiz aquilo que eu deveria ter feito. Se for algo muito ruim para o País, repito, a culpa é completamente minha. Se ao final e ao cabo eu estiver correto, eu devo dizer que isso é para ser partilhado com o meu partido e com as pessoas dos diversos partidos que acreditaram que há horas em que se paga qualquer preço, mas não se ajoelha; paga-se qualquer preço, menos o de quebrar a espinha dorsal; paga-se qualquer preço, menos o de desmontar as nossas crenças. Não desmonto as minhas crenças, ainda que isso possa ser nocivo à minha própria carreira pública.

Então, pela minha crença, voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e concedo a palavra ao Senador Paulo Duque; logo a seguir, o próximo inscrito é o Senador Paulo Paim.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Paulo Paim e peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> foi citado pelo Senador Paulo Paim e invoca o benefício do art. 14.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, de acordo com o art. 14, por três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. É o bastante. Tenho pelo Senador Paulo Paim uma estima enorme. E S. Ex<sup>a</sup> fala como se o PT, em época de crise brasileira, tivesse colaborado com a votação da CPMF.

Vou ler para o Senador Paulo Paim algumas coisas, Sr. Presidente:

Em 1998, o partido saqueou o dinheiro dos municípios com o FEF, saqueou com a CPMF, com a Lei Kandir e com o Fundão da Educação – Lula, em Fortaleza, se referindo ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. *Folha de São Paulo* (13-5-2002).

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o nosso sistema tributário tem muitos defeitos. Eles começam pelo alto grau de cumulatividade, impostos em cascata, como a CPMF, a Cofins e o PIS. Lula, de novo.

Antes do fim do prazo legal para o término da CPMF, nosso governo vai encaminhar projeto para que essa contribuição seja mantida em nível simbólico, para efeito de fiscalização do processo de arrecadação. Programa de Governo do PT sobre a reforma tributária.

A CPMF hoje arrecada 0,38% das movimentações financeiras. O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza fica com 0,08%. Com essas alíquotas, a CPMF vai durar até 2004. A partir daí, somente o valor de 0,08% destinado ao combate à pobreza será mantido. (*Site do PT. 29-10-2002. José Graziano*).

A CPMF é um imposto válido até 2004, a partir de então, Lula pretende mantê-lo como taxa simbólica para efeito fiscalizador com uma quota de 0,08% destinados à educação e à saúde. (26-9-2002. Lula em entrevista ao *Jornal Nacional*).

Sr. Presidente, outra balela que tem de ser desmontada é essa de que a CPMF é boa para o pobre, como se pudéssemos fazer algo parecido com a mediocridade chavista, como se pudéssemos imaginar que o empresário, sendo prejudicado, e os custos Brasil crescem na medida em que se mantém um imposto injusto como esse, como se isso não afetasse o emprego, não afetasse a competitividade, não afetasse o crescimento econômico.

E mais, aquele que não tem conta em banco, quando ele recebe uma gorjeta enrolando carne para os outros no supermercado, quando ele vai pagar a própria carne com a qual ele sustentará a sua família, ele não sabe que, mesmo não tendo conta em banco, ele está pagando CPMF naquela carne que está comprando depois de ganhar dinheiro com pessoas que têm conta em banco.

Sr. Presidente, eu creio que, já posso imaginar se acontecer a derrota do Governo qual será o nível da discussão. Se uma figura cavalheiresca, como o Senador Paulo Paim, diz isso, imagine o que não será o próprio Presidente Lula, se contrariado. E digo mais, se o Presidente Lula não se portar como Presidente da República, ele não dialoga conosco nunca mais. É bom que fique claro, que ganhar ou perder é do jogo democrático. Ditador é que não aceita perder. Se o resultado der favorável ao Presidente Lula, ao Governo, eu me curvo ao resultado, eu me curvo à soberania do Plenário.

Agora, não vou aceitar dialogar com quem tem a chantagem como proposta fundamental.

Vou ler aqui, Sr. Presidente, pesquisa da USP:

“A carga tributária sobre a renda das famílias pobres representa 51% na renda das mais pobres, dos quais 2,19% se devem ao pagamento da CPMF. Nas famílias mais ricas, esses percentuais são de cerca de 27% e 0,96%, respectivamente. Ou seja, ocorre exatamente ao contrário do que diz o Presidente Lula. A CPMF penaliza proporcionalmente mais os pobres do que os ricos, portanto, votar a favor da CPMF é votar contra os pobres.”

Não foi nenhum Tucano que escreveu, não foi nenhum Democrata. Quem escreveu isso foi pesquisador da USP em trabalho científico, para ser discutido no debate econômico, para ser trazido ao conhecimento da Nação. Mas o fato é que eu quero propor argumentos sérios, e aqui disse. O Brasil já viveu sem CPMF. Se houver decência, se houver compromisso e isso aqui não passar hoje, eu estou aberto para negociar, a partir de janeiro, com as desconfianças naturais e com a exigência da comprovação de que o Governo vai cumprir a palavra empenhada, porque, se nós fôssemos aqui avaliar quantas vezes o Governo não cumpriu com a palavra que empenhou, nós estaríamos aqui, sinceramente, a nos perder em contas de Malba Tahan.

Portanto, Sr. Presidente, eu encerro agradecendo – e muito – a oportunidade que me dá V. Ex<sup>a</sup> para dizer à Casa que, ao contrário dessa balela de que tem imposto de rico e tem imposto de pobre, este imposto aqui penaliza mais os pobres. Se tem imposto justo neste País é o Imposto de Renda. Este penaliza os mais ricos e não cobra de quem não tem renda. Então, vamos procurar, neste debate, seja qual for o resultado a ser espelhado no painel eletrônico, vamos procurar respeitar a verdade ...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Fora do microfone.) – ... o debate, elevá-lo e procurar combater, porque esse não é o parlamento de Hugo Chávez e tem que ser respeitado! O Brasil é democrático. E haja o que houver, custe o que custar e doa a quem doer, estamos defendendo a verdade...

Por enquanto, falo minhas verdades e delas não arredo o pé.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de receber o telefonema de uma figura respeitável, o Deputado e ex-Ministro Paulo Renato, dizendo que acompanhava os pronunciamentos e que grande parte de vários deles, inclusive dos meus, não teria sido reproduzida pela televisão. Não vou nem entrar em sinistrose de censura, mas simplesmente peço a V. Ex<sup>a</sup>, que está entrando com o pé direito na Presidência do Senado, que providencie para que não aconteçam erros técnicos que pareçam uma censura, porque esta Casa tem de ser aberta nas suas entranhas para a sociedade e tem de ser a expressão da vontade democrática, livre e soberana dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu, por outro lado, Sr. Presidente, já não me importo que V. Ex<sup>a</sup> conceda tempo além do regimental para o Senador Eduardo Suplicy. Pode fazê-lo à vontade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, leio para V. Ex<sup>a</sup> noticiário da *Folha Online*, do blog de Josias de Souza:

“STF derruba medida provisória que Lula reeditou”

“Num instante em que tenta evitar uma derrota no Senado, o governo padeceu um sério revés no plenário do STF. Por sete votos contra dois, os ministros do Supremo derrubaram na tarde desta quarta-feira uma das medidas provisórias que, a pretexto de acelerar a votação da CPMF na Câmara, Lula revogou e reeditou em seguida. A manobra foi considerada pelo tribunal como uma fraude ao texto da Constituição.

A medida provisória revogada pelo STF trata da prorrogação dos prazos para o registro de armas de fogo. A MP trancava a pauta da Câmara no momento em que o governo decidiu priorizar a votação da emenda que prorroga o imposto do cheque até 2011. Para desobstruir o caminho da CPMF, o governo revogou a medida, reeditando-a depois que os deputados aprovaram o tributo”.

Deve-se ao PSDB o recurso ao Supremo. Ao julgar a ação, os ministros consideraram que a Constituição veda “a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo”. Prevaleceu o entendimento de que, por analogia, as regras constitucionais aplicam-se também às medidas provisórias revogadas.”

Ou seja, Sr. Presidente, uma vitória das minorias. E vitória das minorias, numa República que se pretende democracia, é uma vitória das liberdades, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nem tecerei comentários a respeito das razões que delongaram por tanto tempo uma efetiva negociação. Eu diria apenas que, na Câmara, só com o Deputado Eduardo Cunha foram dois meses. E nada parecido com isso chegou à mesa de conversa com o Ministro Guido Mantega e a direção do PSDB, quando nos dispusemos a atravessar a rua para conversar com S. Ex<sup>a</sup>, compelidos pelo nosso cacoete, que eu julgo benigno, de negociar e de discutir o que seja legítimo.

Eu recebo com respeito e simpatia a carta dos Ministros. E vejo que o pleito é justo. Eu recebo com o máximo respeito e a máxima reverência a carta do Presidente da República. Eu não a levo pouco a sério; eu a levo muito a sério.

E digo mais: o PSDB, tão logo se fira esta votação, abrirá, se for este o desejo do Governo, do Líder Romero Jucá, imediato processo de negociação, visando a adaptarmos à realidade concreta dos fatos o que vem arrolado pelo Senador Romero Jucá. Portanto, eu digo que isso é uma homenagem que faço ao Presidente da República, neste momento. Acredito perfeitamente em sua boa intenção.

Digo que, a partir de amanhã, se votarmos hoje, que estou às ordens, que o PSDB estará às ordens para discutirmos o que são as conquistas, colocando no papel o veículo que vai viabilizar a efetivação daquela conquista. Nada etéreo, nada no ar, nada que não seja palpável, tudo que seja absolutamente bem compreensível a olho nu de qualquer cidadão brasileiro. Vamos manter a nossa preocupação com a questão social. E não é por falta de preocupação social que estamos votando contra a CPMF hoje. Foi um debate bonito, em que cada um arrolou aqui a sua razão.

Espero, por outro lado, do Presidente da República, um gesto de respeito, porque eu tenho disposição e sei que isso se aplica aos meus companheiros de Bancada e se aplicará certamente a qualquer Senador – ninguém aqui é melhor do que ninguém. Eu tenho muita dificuldade em dialogar com quem me agride, muita dificuldade em dialogar com quem usa armas subalternas, tentando criar inimigos fictícios para fazer valer seus princípios políticos. Eu me sinto um democrata para valer, da raiz dos cabelos a ponta dos pés. Respeito meus adversários.

E é, portanto, dentro destas condicionantes – cobrança de respeito por parte do Senhor Presidente da República e, ao mesmo tempo, demonstração de máximo respeito por ele – que eu digo que o PSDB, sem dúvida, aceita, tão assim o painel, espelho resultado desta sessão, eu me disponho a negociar imediatamente.

E, sendo isso praticável, sendo isso transformável em letra de lei, em letra de verdade prática, o PSDB ajudará em tudo: em quebra de interstícios, em corte de prazo, o PSDB estará pronto para procurar agilizar, a partir da votação desta sessão, o que for necessário para que se chegue a essa conquista. Estamos – e disse bem o Senador José Agripino – em processo avançado. A esta altura, não caberia. Entendo e não menosprezo, não.

O Presidente da República manda uma carta. Isso é pouca coisa? Não. Para mim, é muito; recebo com humildade e com reverência. Agora, essa carta do Presidente é o marco inicial para começarmos a negociação. Ela em si não traz a negociação. Ela é um marco inicial para começarmos uma conversa, que será respeitosa, e, desta vez, acredito que vai dar certo. Até porque agora tem a palavra e o empenho de Sua Excelência o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem homenageio, neste momento, e com quem me disponho a dialogar tão assim tenhamos o resultado desta votação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon poderia se assumir como uma pessoa parecida com as demais. S. Ex<sup>a</sup> se acha acima do bem e do mal, e não é. S. Ex<sup>a</sup> comete equívocos, S. Ex<sup>a</sup> estava decidido a votar esta matéria muito antes de a carta do Presidente da República chegar aqui. Nós sabemos disso, sabe disso a Governadora Yeda Crusius e sabe disso a consciência dele, no seu mais recôndito esconderijo.

Agora, fiquei feliz porque, por duas vezes, eu o provoquei para um debate quando eu tinha tempo de sobra para que eu o aparteasse e ele me aparteasse, e ele me concede um aparte quando eu não podia apartear-lo.

Mas fico feliz com os minutos que V. Ex<sup>a</sup> me concede para dizer que, Senador Pedro Simon, peço muito respeito para o Senado. V. Ex<sup>a</sup> continua merecendo meu respeito pelo seu passado. E não precisaria ficar se justificando: vote a favor da CPMF, porque tem muita gente decente que vota a favor da CPMF por achar que é bom fazê-lo.

Não fique dando justificativa. V. Ex<sup>a</sup> foi o único senador que deu explicação. Não dê. Vote com a sua consciência. Vote achando que isso é bom para o equilíbrio fiscal. Vote dizendo que isso é bom para a economia. Vote dizendo que isso é bom para a saúde – vou desmontar isso quando chegar no debate sobre a DRU. Agora, não arranje desculpas para V. Ex<sup>a</sup>, porque senão o Senador Heráclito Fortes vai lhe trazer um tradutor de hieróglifos

para V. Ex<sup>a</sup> compreender qual foi a mensagem tão magnificamente complicada enviada pelo Presidente Lula.

Portanto, Senador, digo a V. Ex<sup>a</sup> que prezo muito as coisas frontais. Por duas vezes, tentei e não consegui este debate com V. Ex<sup>a</sup>. Hoje, infelizmente, ele não foi completo. Amanhã tem sessão. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser amanhã esmiuçar, amanhã estaremos juntos. A gente pede a alguns colegas para nos cederem tempo, e vou poder ouvir V. Ex<sup>a</sup> de maneira maviosa, vou ficar encantado.

Agora, faça algo. Não é conselho, não posso dar conselho a um homem da sua maturidade. Se eu pudesse dar uma opinião a um homem que admirei, um dos que me estimulou a entrar na vida pública, eu diria: não arranje desculpas para suas atitudes! Vote, pura e simplesmente, e não invente essa história de adiar, porque não há nenhum senador aqui que possa mudar sua opinião por causa de telefonema de Casa Civil. Não vai acontecer isso. Cada um vai votar com a sua consciência. A hora de votar é esta. V. Ex<sup>a</sup> é digno, e seja digno confiando em V. Ex<sup>a</sup> mesmo. Seja digno do jeito que V. Ex<sup>a</sup> é, e respeito V. Ex<sup>a</sup> como tal. Não se explique, diga simplesmente: eu vou votar a CPMF porque é bom para o País.

V. Ex<sup>a</sup> diz assim: eu voto a CPMF, apesar de não ser boa para o País. Isso está doído no Pedro Simon; como é doloroso no Pedro Simon!... Como se V. Ex<sup>a</sup> estivesse acima daqueles que, como V. Ex<sup>a</sup>, vão votar a favor da CPMF. V. Ex<sup>a</sup> não é melhor do que nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Arthur Virgílio, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Aliás, eu não ouvi a campanha. Mas encerro, Sr. Presidente.

Portanto, eu gostaria muito de não ter ouvido V. Ex<sup>a</sup> dar justificativas. V. Ex<sup>a</sup> deixa mal os outros. Parece que o Mercadante não foi convicto, e eu sei que ele foi convicto. Parece que a Ideli não foi convicta, e não tem ninguém mais convicta do que ela aqui. Parece até que V. Ex<sup>a</sup>, em nome do País e por ser uma figura tão especial, abriu um exceçãozinha. Aí o velho Pedro Simon dessa vez conseguiu votar “não”.

Encontramo-nos amanhã e vamos debater. V. Ex<sup>a</sup> me aparteando, eu o aparteando; será um prazer. Posso garantir a V. Ex<sup>a</sup> que debater não faz mal. V. Ex<sup>a</sup> não deve correr...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se por um lado fiquei triste de o mensageiro dessa manobra ter sido o Senador Pedro Simon, fico feliz por V. Ex<sup>a</sup>, porque, se ele tivesse feito esse discurso ontem, o Presidente teria sido ele, e não V. Ex<sup>a</sup>; ele teria toma-

do o seu lugar pelo ângulo da confiança que passaria a merecer do Planalto. Mas o importante mesmo é dizermos que o PSDB e o DEM estão aqui para votar.

Se o Governo achar que não é hora de terçar suas armas, se acreditar em alguma poção mágica que possa sair da Casa Civil, se achar que tem algum Senador aqui que pode mudar de idéia porque tem o cargo tal vago não sei onde, que faça obstrução, é um direito que lhe cabe. Agora, nosso papel é este: é o de estar aqui para votar e cobrar que seria então a segunda vez que estariam inadimplindo com o acordo. Terça-feira era para terem votado e não votaram; estamos hoje na quarta-feira, e não se esqueçam de que o prazo está se esgotado. Daqui a pouco, entra em cena uma figura muito mais importante do que todos nós, se continuar este trabalho de obstrução, que se chama Senador Marco Maciel; daqui a pouco, o Senador Marco Maciel será dono dos prazos e das situações a partir do poder que detém como Presidente legitimamente eleito da Comissão de Justiça.

Mas V. Ex<sup>a</sup> é um homem de sorte: um pouco mais adiantado esse discurso do Senador Pedro, o Presidente seria ele, e não V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a disposição do PSDB é votar, mas eu não me sentiria bem se não fizesse aqui uma reposição. A gente sempre diz que “chumbo trocado não dói” e o debate às vezes leva a um certo calor. Mas eu quero aqui, de público, ressaltar e repetir o meu respeito pelo Senador Pedro Simon e dizer que, de fato, ele tem toda razão, diante do seu passado, de sua vida e, se Deus quiser, do seu presente e do seu futuro. Eu tenho a honra de me sentir um político de calças curtas perto dele. Quero dar um abraço no Senador Pedro Simon e reconhecer que o seu passado de democrata, que ajudou a implantar essa democracia que me permite hoje debater com ele, faz com que isso mereça ser dito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação.) – O PSDB encaminha o voto “não”, Sr. Presidente

## **VOTAÇÃO DRU EM 1º TURNO**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para orientar a Bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, chamo a atenção dos secretários e secretárias de saúde aqui presentes. Ouvimos, a tarde inteira, que estávamos tirando dinheiro da saúde ou destinado a beneficiar a população pobre do País. Estudando a DRU, percebemos que ela confisca dinheiro da saúde para efeito de superávit primário, ou seja, para arcar com despesas junto à banca internacional. Não sou contra superávit primário, entendo que é necessário para que não se perca de vista a boa relação dívida pública/ PIB. Mas veja como cai por terra a inverdade, veja como cai por terra a falácia, veja como cai por terra o argumento de baixo calibre. Então estamos vetando a CPMF, porque, supostamente, não somos a favor de saúde para os mais pobres. Agora, no entanto, estamos diante de um Governo que nos pede para não derrubarmos a DRU, que garante dinheiro para os banqueiros internacionais, retirado da saúde.

Voto, Sr. Presidente, pela derrubada. Minha Bancada tem pessoas que podem pensar diferente. Portanto, não há questão fechada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O voto encaminhado é não. Agora, evidentemente, não é igual à outra matéria. Já ouvi companheiros que disseram algo diferente do que estou proferindo. Portanto, não é de se fechar questão neste episódio.

Encaminhamos o voto “não” e expusemos a razão. Daqui para frente, não digam nunca mais que estamos tirando dinheiro de CPMF de pobre para a saúde, porque estão tirando dinheiro da saúde para dar a banqueiros internacionais. Essa é a verdade. Que fique bem claro para todos aqueles que estão nos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, alguns dados. A DRU desvia hoje R\$36,5 bilhões da seguridade social para o fiscal e voltam apenas R\$3 bilhões para cobrir o déficit da Previdência Social, ou seja, este Orçamento perde líquido R\$33,5 bilhões. Sem a DRU, aumenta a disponibilidade da Cofins, da CSLL, do PIS, para tudo ser realocado em favor da Previdência, Saúde e Assistência, bem assim como para o FAT, Seguro Desemprego e BNDES.

A CPMF, aplicada na saúde, poderá ser substituída, com folga, pelo que sobra da DRU e da Cofins, além do que imaginamos que vá acontecer num ano de bonança e excesso de arrecadação. Em suma, se por ventura for extinta a DRU – vamos acabar com o terrorismo –, o ajuste das contas federais

terá que ser feito em cima do orçamento fiscal, nada que afete Bolsa-Família, nada afete hospitais e nada que afete aposentados.

Vamos ser bem francos: quem votou assim o fez com legitimidade a favor ou votou com legitimidade contra, mas cai por terra o argumento falacioso de que estamos tirando dinheiro de pobre extinguindo a CPMF, porque, na verdade, estamos agora, se derrubarmos a DRU, devolvendo o dinheiro que está sendo destinado a banqueiros internacionais.

Isso é importante que seja bem marcado e bem remarcado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demonstrando a sua isenção, desta vez o PSDB acompanha o Governo e vota “não” também.

## VOTAÇÃO DRU EM 2º TURNO

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores.

O debate sobre o fim da CPMF trouxe um pouco de alívio a um povo sufocado por brutal carga tributária e revelou à Nação que um partido ensaiava lágrimas fingidas, como as de crocodilo, porque estava perdendo um imposto de pura conotação instrumental para seu projeto de poder.

A estranha feição desse projeto por vezes, como agora, com uma configuração externa diferente da aparência que costuma exibir, num engodo à sociedade.

De lado, loas. É o lado para uso público.

De outro, engodo.

Engodo, quando bem traduzido, é falsa atitude de lisonja, com que se procura, à luz de dados sócio-econômicos, corretos do ponto de vista técnico, falhos por não conferir com a realidade nua e crua de um povo como o nosso.

Engodo, sim, porque sabem os brasileiros e sabe o Governo, sobretudo o Governo, que a CPMF nem de longe vinha sendo aplicada corretamente na Saúde.

Por isso, indaga-se: Por que esse Deus nos acuda, na tentativa de encenar o desastre total no setor de Saúde?

Engodo, sim. Apesar da boa vontade do sério Ministro Temporão, o Projeto de Poder deixa que a Saúde se arraste como vergonha nacional. Garanto que, na primeira esquina, em qualquer pronto-socorro, vamos encontrar, aí sim, o caos.

O fim da CPMF, pois, não resultou no fim de mundo que os pregoeiros espalharam pelos quatro cantos do País, sem faltar admoestações ao Congresso Nacional e, especialmente, contra o Senado.

Na esteira desses maldizeres, veio o discurso de setores do Governo anunciando – ou ameaçando – aumento de impostos e eventuais cortes no PAC e na área social. Foi mera e mal encenada confissão de culpa desses que buscam encontrar bode expiatório para a derrota. Não lograram êxito. Dela eles são os grandes responsáveis.

Que fique claro e que o Governo aprenda. O fim da CPMF não é vitória da oposição. É do povo. É conquista que de há muito as nossas populações eram desejosas.

Que mais claro fique também e principalmente que não é – nesse episódio – a oposição ou o Congresso a desautorizar o Ministro da Fazenda ou não cancelar as claras ameaças do Ministro do Planejamento.

E, em definitivo, que se aclare a única coisa que há de verdade por detrás das falas palacianas. A grande verdade, a Nação consciente sabe bem, é que o Governo só precisava da CPMF porque seus gastos continuam crescentes, em velocidade muito maior do que a produção de bens e serviços do País, o PIB.

A tentativa do Governo de maldizer a oposição, ou, para usar uma expressão do próprio Presidente, “alguns Senadores”, naufragou ainda na praia. Para sustentar sua gastança desenfreada, o Governo precisaria jogar todos os seus trunfos para que a arrecadação também crescesse.

Veio, então, o que de há muito a Nação tinha como anseio: uma resposta que pudesse ser traduzida em fortalecimento do Congresso Nacional.

Esse Governo que aí está cometeu pecado capital ao não se lembrar que no Brasil temos três Poderes, independentes e harmônicos.

O Legislativo provou sua harmonia, sintonizada com os reclamos do povo. Até então, o Executivo, em seu comportamento extravagante, abraçava frases do gênero pode tudo.

Não pode!

Foi bom que neste final de ano o Poder Legislativo se desprendesse das amarras a que se deixava subjugar pelo desbragado intento governista.

A situação do Brasil de hoje é a melhor em muitos anos, e a economia vai bem. Nada, porém, se fez por magia. Não. Não, mesmo! O que se alcançou decorre daquilo que o projeto de Poder nominou, no começo do primeiro mandato de Lula, a tão propalada herança maldita.

O que o Governo atual herdou do anterior são os pré-requisitos para a continuidade de uma obra administrativa que não tem alternativa a não ser o propósito de conjugar esforços em favor do desenvolvimento, portanto do povo.

O ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, em artigo publicado na revista *Época* desta semana, dá a exata dimensão da importância da CPMF.

“A situação era crítica nos primeiros anos do Real, com o cheiro da hiperinflação ainda no ar e as contas fiscais a um passo do caos. Naquele tempo, as questões fiscais eram assuntos de vida ou morte. Não é mais assim. Perder 38 bilhões de receita quando o superávit primário pode ser de 130 bilhões é diferente do que era quando havia déficit primário”, conclui Gustavo Franco.

A discussão sobre o fim da CPMF, devemos proclamar alto e bom som, não se deve restringir a uma mera questão tributária, mas, sim, evoluir para se indagar: qual é o tamanho do Estado que queremos? Qual é a carga tributária que, efetivamente, suportamos? O que esperamos que o Estado faça pela sociedade?

Esse resultado, que joga a CPMF em definitivo para o lixo histórico, engrandece o Congresso Nacional. Com o peso da nossa autoridade e da responsabilidade com que pautamos a conduta da oposição, celebramos acordo com a Liderança do Governo, sob a supervisão do Palácio do Planalto. O acordo envolve basicamente os seguintes pontos:

1 – o Governo se compromete a não reeditar nada parecido com nova CPMF. Isso é algo banido para sempre da vida brasileira;

2 – o Governo se compromete a não editar nenhum pacote fiscal;

3 – o Governo trabalhará corte de gastos e submeterá os gastos a serem efetuados também ao crivo da oposição brasileira no Congresso Nacional;

4 – o Governo se compromete – e, de nossa parte, não é difícil cumprirmos nós com a parte que nos cabe neste acordo – a ficar bem distante do discurso pejorativo, tentando passar o caos da saúde, que não é nosso, para nossos ombros. Isso seria rechaçado duramente, e os entendimentos faleceriam no Senado Federal, levando-se em conta que o Governo tem apenas um ano de percurso, e nós teríamos três anos de desconfiança irreduzível e irremediável daí para frente;

5 – o Governo se compromete a discutir conosco a regulamentação da Emenda nº 29, que garantirá recursos para a saúde a partir de fevereiro. E, também já em fevereiro, começaríamos nós o debate, que haverá de ser célere, para elaboração e consecução de uma verdadeira reforma tributária;

6 – não foi um acordo, foi uma proposta, feita pelo PSDB ao Líder Romero Jucá, que nasceu de iniciativa do Senador Sérgio Guerra, Presidente da minha legenda, e foi apoiada pela nossa bancada por inteiro. É muito simples: cortam-se em 60% todas as emendas parlamentares. Esses 60% são destinados integralmente à saúde brasileira, e os 40% teriam de ser honrados pelo Governo, independentemente de se tratar de senador ou deputado de oposição ou de situação, para começarmos a moralizar a relação dentro dessa Comissão de Orçamento, que demanda profunda transformação no seu modo de funcionar. Como está – repito e estou cansado de repetir –, ela é um chamariz para escândalos e mais escândalos, de tempos em tempos.

Passo agora a cuidar desse capítulo chamado Desvinculação de Receitas da União, que dá ao Governo Federal liberdade para gastar 20% de suas receitas. Repito: é bom, muito bom, o Governo parar com essa falácia de pacote tributário. Já há esse compromisso e nós acreditamos nesse compromisso, e acreditaremos nesse compromisso pela última vez, e temos três anos de Governo Lula pela frente. Afinal de contas, não poderia mesmo a Nação acreditar nesse terrorismo sobre um possível aumento de impostos.

O que temos de ver, mesmo, é algo que desmonta por si só a demagogia inicial. Diziam, Sr. Presidente, que faltava dinheiro para a saúde a partir do fim da CPMF.

Poderíamos responder demagogicamente também, Presidente Sarney. Responderíamos demagogicamente, também, não deixando passar, hoje, a DRU. Aí, sobraria muito dinheiro para cobrir gastos de saúde. No momento em que o Governo exige a DRU, que retira recursos da saúde para não deixar disparar de maneira negativa a relação dívida pública/PIB, o Governo admite que tem recursos a destinar de outras fontes para a saúde.

Fizemos, aqui, uma troca: bom senso por bom senso.

Não venham dizer, porque não é justo, que a CPMF nos leva a prejudicar o atendimento de Saúde no País. Não digam! E o primeiro de quem cobro isso, altivamente, e tenho acordo nesse sentido, é o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, até porque, se fosse verdade isso, hoje, para atender à preocupação do Presidente com a saúde, derrotaríamos, aqui – e

teríamos todas as condições de fazê-lo –, a DRU. Aí, haveria a desvinculação, haveria a possibilidade de, desvinculada a economia, poderem destinar o que quisessem para a saúde ou para a educação.

Só me recordo de que o Senador Cristovam Buarque e me parece que o PDT todo votaram a favor da CPMF acreditando que haveria dinheiro para a educação a partir da retirada da educação da DRU. Isso não aconteceu. Que não façam conosco algo parecido! Cobraremos de maneira muito dura o cumprimento da palavra que está sendo empenhada.

Sr. Presidente, se o Governo prometeu e quer dar tantos recursos adicionais para a saúde, fica óbvio: por que não rejeita a DRU? Queremos apenas o jogo da verdade.

Meus companheiros de bancada me perguntaram se era para acreditar mais uma vez. Minha opinião era de que era. Minha opinião era de que fomos completamente responsáveis ao fazermos o que fizemos, dando o “não” da sociedade à carga tributária desnecessária, consubstanciada na aprovação, que não deixamos acontecer, da CPMF.

Hoje, a atitude responsável é esta: dizer que não aceitamos o pacote tributário, não aceitamos a desculpa esfarrapada de que a saúde entrará em crise porque baixamos a carga tributária, porque, se fosse assim, derrotaríamos a DRU hoje e haveria dinheiro de sobra para a saúde. Eu o disse à minha bancada e meus companheiros, absolutamente lúcidos como sempre, compreenderam que aquele era um momento e que este era outro momento. Aquele era o momento do confronto, sim. Este é o momento do acordo, acordo em que quem cumpre a palavra primeiro é a oposição e quem cumprirá a palavra por depois será o Governo. Acordo que terá de ser cobrado pela oposição e que o Governo poderá descumprir, se achar por bem entrar em choque definitivo com essa minoria, que não sei o quanto é tão minoritária assim no Congresso Nacional. É uma opção do Governo com clareza. A nossa boa-fé aqui está posta.

O PSDB, Sr. Presidente, daqui a pouco, encaminhará o voto a favor da aprovação da DRU e fará isso sem mesquinha, fará isso com altaneria, fará isso seguro de que agiu certo negando a CPMF e de que age corretamente agora, ao prorrogar a DRU. E fez isso porque o Governo calçou uma certa sandália da humildade e veio negociar conosco; veio negociar conosco como não fez da outra vez; veio negociar conosco dizendo que é inegociável aumentarmos carga tributária neste País.

Nenhuma força nos levará a aumentar a carga tributária neste País, porque o que já aconteceu é uma conquista do contribuinte brasileiro, é uma

conquista da economia brasileira, é uma conquista de um Parlamento que voltou a se afirmar. A vitória contra a CPMF não foi vitória individual de quem quer que seja, ou coletiva de partidos quaisquer. Foi vitória do povo brasileiro, e essa vitória se desdobra, agora, com a aprovação da DRU e com os compromissos assumidos pelo Governo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Sessões realizadas nos dias 12 e 19 de dezembro de 2007.*

